

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA  
DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX/UF**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO,  
portador do Registro nº X.XXX.XXX SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX,  
residente e domiciliado na ENDEREÇO, telefone XXXXXXXX, vem à  
presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA  
DO DISTRITO FEDERAL propor ação de:

## **ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO**

Em face dos herdeiros de **FULANO DE TAL**, a saber:

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora da CI nº  
X.XXX.XXX SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada  
na ENDEREÇO,

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora da CI nº  
X.XXX.XXX SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada  
na ENDEREÇO,

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, portadora da CI nº  
X.XXX.XXX SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada  
na ENDEREÇO, pelas seguintes razões de fato e de direito.

## **DOS FATOS:**

O autor nasceu no dia XX/XX/XXXX e é filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, conforme certidão de nascimento anexa, expedida pelo Cartório de Registro Civil da Comarca de XXXXX, Estado de XXXX/UF (livro nº XXXX, folhas nº XXXXX, sob o nº de ordem XXXXX)

O registro de nascimento foi lavrado, por iniciativa do pai, no dia XX/XX/XXXX.

Após a separação dos pais do autor, seu genitor passou a viver maritalmente com a Sr.a FULANO DE TAL, já falecida.

Por não aceitar que os filhos do companheiro tivessem no registro de nascimento o nome da ex-mulher dele, a Sra. FULANO dirigiu-se ao Cartório do Xº Ofício de Notas, Registro Civil, Protesto de Títulos, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e promoveu a lavratura de um novo registro de nascimento para o autor.

Este segundo registro de nascimento foi feito no dia XX/XX/XXXX e nele a Sr.a FULANO DE TAL declarou ser a mãe do autor, a quem atribuiu o nome de FULANO DE TAL. A Sr.a FULANO declarou que o nascimento ocorreu no dia XX/XX/XXXX. Não constou o nome do pai.

Por conta do novo registro, o autor passou a usar o nome FULANO DE TAL, nome escolhido por sua madrasta, que agora figurava como sua mãe. Com este nome, o autor cursou até a X série do Ensino Fundamental (1º grau), conforme fotocópia de documento anexa.

Porém, quando foi retirar seus documentos pessoais (RG e CPF), tendo total conhecimento da troca de seu nome, e por não concordar com esta troca, o autor decidiu usar seu verdadeiro nome, ou seja, FULANO DE TAL.

Assim, usando o seu verdadeiro nome, o autor praticou diversos atos civis, como por exemplo, recentemente, o seu casamento.

Ocorre que toda vez que precisa comprovar sua escolaridade, o autor vê-se obrigado a tentar explicar o fato, porém tem se deparado com a incredulidade das pessoas diante desta história.

Saliente-se que no histórico escolar anexo, expedido pela Fundação Educacional do Distrito Federal em nome de "FULANO DE TAL", consta que o ex-aluno em questão teria nascido no dia XX/XX/XXXX.

O autor pretende obter a anulação judicial do seu segundo registro de nascimento, e em consequência obter a retificação, junto à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, do cadastro escolar e do histórico relativos à sua pessoa, mas que constam em nome de "FULANO DE TAL".

Para tanto, o autor postula a expedição de mandado à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, para determinar que providencie a retificação do cadastro e do histórico escolar relativos ao autor, alterando o nome do autor de "FULANO DE TAL" (nome constante do registro de nascimento anulado - 2º registro) para "FULANO DE TAL" (nome constante do registro de nascimento válido - 1º registro).

O autor possui um imóvel que está em nome de "FULANO DE TAL", conforme comprovam as certidões anexas, e postula que seja determinada a retificação da escritura pública e a matrícula do imóvel, para que passe a constar o nome correto do autor.

## **DO DIREITO:**

**A competência para apreciar a nulidade do registro de nascimento, quando há repercussão quanto ao estado da pessoa, é da Vara de Família.**

No caso, a anulação do segundo registro de nascimento implicará na declaração de que o autor não é filho de FULANO DE TAL, de que o autor não se chama FULANO DE TAL e de que ele não nasceu no dia XX/XX/XXXX.

Tratam-se de alterações que repercutirão de forma intensa no estado do autor.

A Jurisprudência adota o entendimento de que a competência é da Vara de Família em casos como o presente, conforme se observa dos seguintes julgados:

|                      |   |  |
|----------------------|---|--|
| <b>Órgão</b>         | : | 1ª Câmara Cível  |
| <b>Classe</b>        | : | CCP – Conflito de Competência  |
| <b>Num. Processo</b> | : | 2001 00 2 001488-2   |
| <b>Suscitante</b>    | : | JUIZ DE DIREITO DA VARA DA<br>INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO<br>DISTRITO FEDERAL |
| <b>Suscitado</b>     | : | JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE<br>FAMÍLIA DE BRASÍLIA/DF                      |
| <b>Relator</b>       | : | Desembargador JOÃO MARIO SA  |

#### EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - EXISTÊNCIA DE DUAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO - PAIS BIOLÓGICOS E “ADOÇÃO À BRASILEIRA” - APRECIACÃO: QUESTÃO DE ESTADO - COMPETÊNCIA: VARA DE FAMÍLIA.**

1 - Compete aos Juízes das Varas de Família, processar e julgar as ações de Estado, conforme art. 28 da Lei de Organização Judiciária do DF.

2 - Ação que visa anular registro de nascimento, envolve matéria de estado, pois diz respeito a direito cogente indisponível, que ultrapassa, a mera anulação administrativa de uma das certidões de nascimento.

---

|                   |   |  |
|-------------------|---|--|
| <b>Órgão</b>      | : | 3ª Câmara Cível  |
| <b>Classe</b>     | : | Conflito de Competência nº 2006.00.2.007509-9                                |
| <b>Suscitante</b> | : | Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Taguatinga – DF                          |
| <b>Suscitado</b>  | : | Juiz de Direito da 3ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga – DF |
| <b>Relator</b>    | : | Desembargador Dácio Vieira   |

#### EMENTA

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE FILIAÇÃO. COMPETÊNCIA DA VARA DE FAMÍLIA.**

- A ação que visa à anulação de registro de nascimento, em que resta imprescindível a análise do estado de filiação, envolve matéria de estado e atrai a competência da Vara de Família para processar e julgar o feito,

de conformidade com a disposição do artigo 28, da Lei nº 8.185/85 **[Lei de Organização Judiciária do DF]**. Precedentes Jurisprudenciais.

O art. 1604 do Código Civil estabelece que *“ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”*. Nesse sentido é a jurisprudência:

*“A alteração fraudulenta do registro civil, com falsidade nas declarações, possibilita ao registrado e a qualquer interessado promover a anulação do registro, inclusive ao próprio declarante (5ª CC do TJSP, Apel.nº 217.062)” (WILSON BUSSADA, “Código Civil Brasileiro, interpretado pelos Tribunais”, vol. 2, tomo V, p. 276).*

No caso, há de ser determinada a anulação do segundo registro de nascimento, pois este contém dados inverídicos, inclusive quanto ao nome do autor, à maternidade e à data de nascimento.

## **DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requer:

- a) Os benefícios da gratuidade jurídica, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) A intimação do Ilustre Representante do Ministério Público nos termos da lei;
- c) A citação dos réus para apresentarem resposta, caso queiram, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- d) A procedência do pedido, para anular o registro de nascimento de "FULANO DE TAL", lavrado no Cartório do Xº Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de XXXXXXXX/UF (Livro XXXX, Folha XXX, Termo XXXXX, datado de XX/XX/XXXX), e em consequência determinar:

- d.1) a retificação do histórico escolar do autor, para que os dados escolares que estão no nome outrora usado por ele, FULANO DE TAL, sejam declarados como de FULANO DE TAL;
- d.2) a retificação da escritura pública e da matrícula relativos ao imóvel situado na ENDEREÇO, para que o nome do co-proprietário, FULANO DE TAL, seja alterado para FULANO DE TAL;
- e) A intimação dos representantes da Fundação Educacional do Distrito Federal e da Escola TAL, além daqueles que o juiz julgar necessário.

Requer ainda a produção de todos os meios de provas em direito admitidos de modo a provar o alegado.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX,00 (VALOR POR EXTENSO reais).

Nestes termos, pede deferimento.  
XXXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

---

**FULANO DE TAL**

**Requerente**

---

**Defensor (a) Público (a)**

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

**FULANO DE TAL**

End:

**FULANO DE TAL**

End: